

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: A EXPERIÊNCIA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL NO MUNICÍPIO DE GURINHÉM-PB

Welita Gomes de Almeida

Escola Municipal de Ensino Fundamental Serafina Ribeiro - Gurinhém/PB welita_ga@yahoo.com.br

Introdução

A implantação das salas de recursos multifuncionais e a oferta do Atendimento Educacional Especializado tem se configurado em um grande desafio para os sistemas de ensino, uma vez que se propõe a oferecer um serviço complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Assim, a Secretaria Municipal de Educação de Gurinhém em consonância com a legislação nacional voltada à educação inclusiva e mediante a demanda de alunos matriculados na rede municipal que necessita de atendimento especializado vem desenvolvendo desde 2013 ações destinadas a educação inclusiva de crianças, adolescentes e adultos com deficiências.

O presente texto tem por objetivo apresentar uma breve discussão sobre a Política Nacional de Educação Inclusiva e o relato de experiência da sala de recursos multifuncional do município de Gurinhém, que funciona na Escola Municipal de Ensino Fundamental Serafina Ribeiro, ofertando atendimento educacional especializado aos alunos da rede municipal e Estadual das áreas urbana e rural do município.

A abordagem da temática emergiu a partir das experiências acadêmicas nas pesquisas de pós-graduação: Mestrado em Educação UFPB (2010) e Especialização em Atendimento Educacional FFC/UNESP (2011), bem como da experiência de coordenar o setor de AEE no município de Gurinhém. As considerações apresentadas a partir das experiências revelam que as políticas destinadas à Educação Inclusiva e a efetivação do Atendimento Educacional Especializado tem se propagando de modo crescente nos últimos anos no Brasil e que alguns municípios têm alcançado resultados satisfatórios com a implantação da sala de recursos multifuncionais e a oferta do AEE para os alunos público-alvo. Contudo, vale ressaltar que os municípios também enfrentam barreiras para ofertar o atendimento, uma vez que não dispõe de todos os recursos e equipamentos necessários para atender as necessidades e particularidades de cada aluno, bem como profissionais habilitados para atuação nesse segmento.

Diante deste cenário, podemos evidenciar a importância de estudos e discussões sobre a efetivação da Educação Inclusiva em escolas da rede municipal, considerando o fato de que são relativamente poucos os municípios brasileiros, e, particularmente no Estado da Paraíba que contam em sua rede de ensino com a oferta deste serviço.



Políticas em Atendimento Educacional Especializado

Em face de tantas questões ligadas ao tema da educação inclusiva, há, sobretudo, um direcionamento para o debate sobre a implantação e oferta do Atendimento Educacional Especializado, uma vez que este tem se constituído como um grande desafio para as escolas públicas e tem gerado uma série de posicionamentos quanto a sua efetivação, os discursos oficiais, as práticas e os resultados das experiências. O atendimento educacional especializado, que é respaldado pela LDB (cap. V art. 58), durante muito tempo foi oferecido em escolas especiais e classes especializadas, e a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) passou a ser oferecido preferencialmente nas escolas regulares. Esse direcionamento acabou gerando um grande debate sobre a existência e manutenção das instituições especializadas e dos serviços de apoio especializado.

Alguns estudiosos do campo da Educação Especial defendem que a abertura dada nos textos legais para a existência de atendimento educacional especializado tem gerado um sentido dúbio da Educação Especial (MANTOAN, 2008, p.30), ou seja, propõe-se a inclusão de todos na escola regular, mas, ao mesmo tempo, é assegurado o atendimento especializado. Esta posição configura o discurso de que enquanto existência tiver as instituições especializadas, será mais difícil concretizar os princípios da educação inclusiva. Assumindo essa fala, Ferreira (2009, p. 36) diz que o termo “preferencialmente” utilizado na LDB permite as escolas preferirem que o aluno com deficiência estude em uma escola especializada, “uma escola segregada, apropriada para ele(a)”. Para Ferreira, esse problema pode ser utilizado pelas escolas regulares para recusar e suspender a matrículas dos alunos com deficiência.

Contudo, existem outras concepções sobre o papel das instituições especializadas, classes especiais e serviços de apoio e atendimento especializado, as quais postulam que a educação inclusiva é aquela que oferece condições de acessibilidade as crianças, jovens e adultos com deficiência na escola comum, e que oferecem atendimento educacional especializado como apoio suplemento ao ensino regular. Dentro dessa concepção, percebe-se que o atendimento especializado não deve ser extinto da Educação Especial, mas deve funcionar como complemento ao ensino regular. Conforme sinaliza Batista (2008, p. 121), a inclusão escolar não significa desconsiderar as especificidades e necessidades educacionais de cada aluno. Pelo contrário, “inclusão significa preservar os direitos dos alunos de freqüentar as escolas comuns e atender às necessidades específicas para que cada aluno alcance seu pleno desenvolvimento”. Sob esta visão, a autora tem defendido a importância do apoio especializado, concordando que este precisa acontecer concomitantemente com a escola comum, uma vez que um beneficiará o desenvolvimento do outro. Assim, define que o atendimento especializado é como um trabalho diferenciado daquele desenvolvido pela escola comum, uma vez que este não reproduz os conteúdos e metodologias, pois “todo trabalho é pautado na necessidade e particularidade do aluno, tornando-se necessariamente subjetivo e, por isso mesmo, é caracterizado como um “atendimento”, mas isso não impede uma ação eminentemente pedagógica” (BATISTA, 2008, p. 121).

Seguindo esta linha de raciocínio, Carvalho (2004, p.17) defende a educação inclusiva, mas explica que isso não supõe o desmonte da Educação Especial e das modalidades de apoio que são oferecidas para aqueles alunos que dele necessitam. Para ela, é necessário garantir o atendimento educacional especializado em salas de recurso ou classes especiais, desde que estes ambientes não funcionem como reduto para o fracasso escolar e a exclusão (*idem.*, p. 29-30).

O atendimento educacional especializado foi regulamentado em 2008 pelo Decreto N° 6.571 de 17 de setembro, o qual destaca que “a União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado” (art. 1°). O decreto assinala que o Ministério da

Educação prestará esse apoio técnico e financeiro através de ações voltadas à oferta do AEE. Assim previstas no artigo 3º:

I - Implantação de salas de recursos multifuncionais; II - Formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva; III - Adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; IV - Elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para acessibilidade; V - Estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

Considerando que esse atendimento é o complemento necessário para que os alunos desenvolvam suas especificidades, é preciso olhar para as questões práticas da implementação da política, desde o que vem sendo anunciado pelos órgãos normativos e executores da política, ao que vem sendo discutido por estudiosos e pesquisadores da área, e principalmente ao contexto das escolas que já estão realizando experiências ditas inclusivas, ou seja, a preocupação em problematizar os discursos oficiais e o que tem se materializado nos espaços da escola, nas salas de AEE.

Metodologia

O relato de experiência foi gerado com base nos estudos vivenciados durante o “Curso de Mestrado em Educação” da Universidade Federal da Paraíba UFPB (2010) e do “Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado”, da UNESP/Marília (2011), os quais forneceram subsídios teóricos para a revisão bibliográfica. Para tanto, as informações a cerca da sala de recurso multifuncional são provenientes da experiência como coordenadora do AEE (2013-2016), bem como da utilização dos planos e relatórios de desenvolvimento individual dos alunos.

Para a realização desse trabalho utilizou-se levantamento de documentos legais, revisão bibliográfica e pesquisa de campo. Sobretudo na pesquisa de campo onde foram levantadas informações a cerca das especificidades da sala de recursos multifuncional, os profissionais, os alunos atendidos, os recursos disponíveis e as atividades desenvolvidas.

A experiência da Sala de Recursos multifuncional no Município de Gurinhém-PB

A sala de recursos multifuncionais do município de Gurinhém funciona na Escola Municipal de Ensino Fundamental Serafina Ribeiro, localizada na área urbana do município. A referida escola participou do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais do MEC, oferta de 2009, recebendo o kit de materiais da sala tipo 1 (computadores, notebook, impressora, scanner, jogos, kit lupas, teclado e mouse acessível, etc.). A sala iniciou o Atendimento Educacional Especializado em 2013 agregando crianças, jovens e adultos de áreas urbanas e rurais, de escolas da rede municipal e estadual de Gurinhém.

A escola passou por algumas modificações na estrutura arquitetônica no intuito de oferecer acessibilidade para os alunos (construção de rampas, alargamento de algumas portas de sala de aula e banheiro, instalação de piso antiderrapante e ampliação de sala de recursos). Para as referidas mudanças realizadas na escola, utilizaram-se recursos proveniente do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Acessibilidade). Sobre essa perspectiva da acessibilidade, Melo e Ferreira (2009) aponta para importância da organização do espaço escolar, tanto do ponto de vista do espaço físico, como da organização pedagógica (materiais escolares, mobiliários adaptados e recursos pedagógicos). Para os autores que discutem sobre a inclusão das crianças com deficiência, esses



fatores organizacionais são fundamentais para garantir a independência e autonomia das crianças, ao ponto de que na medida em que não oferecem condições necessárias às crianças, estas tendem a enfrentar dificuldades em sua relação com o meio e aquisição de aprendizagem.

Atualmente, são 49 crianças matriculadas no AEE e atendidas conforme cronograma de funcionamento da sala (segunda-feira à quinta-feira) nos turnos manhã e tarde, por uma equipe de 8 profissionais, sendo (01) coordenadora AEE (01) instrutor de Libras, (01) psicopedagoga, (03) professoras de AEE, (02) cuidadoras.

O público alvo atendido na sala de recursos multifuncionais é formado em sua maioria por alunos com diagnóstico de deficiência intelectual, surdez, TEA (Transtorno do espectro autista), paralisia cerebral, deficiência física e deficiência visual. Vale salientar que os alunos são atendidos individualmente e/ou em grupos conforme necessidade e organização dos profissionais do AEE. Os horários de atendimentos variam de 45 minutos podendo chegar a 120 minutos, conforme o atendimento.

A organização e funcionamento do serviço ocorrem através de planejamento individualizado para cada aluno, realizado duas vezes por ano (Início do semestre) e acompanhamento e avaliação sistematicamente. Cada aluno possui ficha cadastral acompanhada de PDI (Plano de Desenvolvimento Individualizado) e relatório de desenvolvimento. As informações a cerca do aluno são atualizadas e compartilhadas com os professores das salas regular, bem como das instituições especializadas que oferecem atendimento para alguns alunos.

Verificamos que algumas propostas de atendimentos destinadas aos grupos específicos de crianças com surdez, os alunos com deficiência intelectual e os alunos com paralisia cerebral, as quais ocorrem em grupo, têm apresentado resultados satisfatórios no desenvolvimento dos alunos. Notadamente porque a interação, socialização tem sido favoráveis na aprendizagem. Os alunos passam pela experiência de troca de saberes, curiosidades, relações de afetividade, fortalecimento de vínculos, entre outros fatores, que tem sido fundamentais para o desenvolvimento dos aspectos social, emocional e intelectual. Essa constatação evidenciada pelos professores do AEE através dos relatórios individuais dos alunos aponta para o sucesso obtido em atividades e propostas em grupo como um ponto importante para as salas de recursos multifuncionais.

Vale destacar ainda, que outro ponto positivo apresentado pelos profissionais e familiares, refere-se aos recursos disponíveis na sala para a oferta de atendimento especializado. De acordo com os professores, a variedade de recursos permite a realização de atendimentos e propostas de atividades eficientes, principalmente os recursos de informática acessível. Além disso, são apontadas como atividades dinâmicas as propostas multidisciplinares que ocorrem entre os professores do AEE e outros profissionais, tais como: educador físico (oficinas de dança), fonoaudiólogo (desenvolvimento da oralidade), dentista (orientação e trato bucal), nutricionistas e médicos (palestras), entre outros.

Por fim, é necessário destacar que a sala de recursos multifuncionais cumpre seu papel de oferta de atendimento aos alunos, mas vai além dessa proposta, uma vez que promove o debate e leva informação a comunidade, as escolas, aos familiares. Esse trabalho tem sido feito através de visitas as escolas regulares do município nas datas alusivas às pessoas com deficiência, promovendo palestras, oficinas e cursos de Libras, encontro de mães, produção e distribuição de cartilhas informativas.

Observa-se que as escolas precisam de apoio técnico, pedagógico e financeiro para melhorar a qualidade das práticas que vem sendo desenvolvida, principalmente para as escolas que dispõe de salas de recursos multifuncionais e oferta do AEE. Mesmo com algumas iniciativas (rampas e banheiros adaptados, etc.), tomadas no intuito de promover a acessibilidade das escolas, no entanto, estas ainda não oferecem acessibilidade aos alunos com deficiência física, visual, etc., que precisam se locomover dentro dos diferentes espaços da escola.



Somada a essa questão, ainda existe outros problemas que podem interferir no bom funcionamento das salas de recursos multifuncionais, tais como: a formação dos profissionais para atuação no AEE, uma vez que são poucos os professores com formação para atender as diferentes necessidades dos alunos. A formação docente é fator necessário para efetivação da inclusão em sala de aula. De acordo com Abe e Araújo (2010, p. 294) “não é suficiente que o professor tenha uma boa formação acadêmica e conhecimentos específicos a respeito das deficiências; é necessário que o professor seja sensibilizado à observação do desempenho do aluno frente às demandas ambientais colocadas pela escola”.

Existe ainda a questão do acompanhamento familiar aos atendimentos, considerando que muitos familiares iniciam o atendimento e depois acabam desistindo ou não comparecendo a sala de recursos. Ainda existe a questão do transporte público adequado para a locomoção dos alunos, que na realidade do município de Gurinhém apresenta-se como um entrave para a frequência regular de alguns alunos.

Esses fatores são indispensáveis para o pleno funcionamento do serviço de atendimento especializado, no entanto, vale salientar, que os municípios tem enfrentado dificuldades para o cumprimento. Segundo Marins e Matsukura (2009) a execução das demandas do governo e das políticas públicas de abrangência nacional, a exemplo da política de Educação Inclusiva, enfrentam muitas dificuldades para se efetivarem, considerando que as regiões possuem diferenças socioeconômicas, culturais e principalmente políticas, as quais tendem a exercer influência nas formas de compreensão e efetivação das políticas educacionais.

Para Baptista (2011) muitos municípios brasileiros enfrentam dificuldades quando se trata da gestão de políticas relativas à Educação Especial, uma vez que fazem adesão a programas de oferta de materiais e serviços, como as salas de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado em escola regular, em contrapartida, nem sempre estão organizadas para a instituição do serviço. Conforme o autor, a adesão ao programa de sala de recursos é apenas o início de um longo processo, pois cabe ao município “contratar os profissionais qualificados ou investir na formação de integrantes de seus quadros, além do delineamento pedagógico que deverá inserir esses serviços nos projetos político-pedagógicos das escolas” (BAPTISTA, 2011, p. 69).

Conclusões

Diante do exposto, percebe-se que a efetivação da política de Educação Inclusiva nas escolas regulares é um processo lento e cheio de barreiras, mas, essas barreiras sejam elas conceituais, atitudinais e político-administrativas, precisam ser identificadas e removidas. Dirigindo o olhar para as pessoas com deficiência, entende-se que estas devem ser não só incluídas nos diferentes espaços e situações de convivência na sociedade, mas serem aceitas e respeitadas em suas diferenças, limitações, necessidades e particularidades, compreendendo que incluir não se constitui apenas em acesso a escola e mera permanência em sala de aula, mas, o direito de participação e aprendizagem efetiva.

Quanto à organização das escolas para efetivação da educação inclusiva, das salas de recursos multifuncionais e da oferta do AEE, considerando a realidade da sala de recursos de Gurinhém e os relatórios dos professores, percebe-se que existem problemas estruturais na escola, desde a estrutura física do prédio, a formação dos professores, a falta de profissionais especializados e o atendimento especializado, no entanto, esses problemas não podem ser encarados como barreiras efetivas, mas como ponto de partida para a efetivação da educação inclusiva. Embora se



trate de realidades específicas, é possível enxergar algumas conquistas educacionais na oferta do AEE no município de Gurinhém, através do trabalho desenvolvido na sala de recursos multifuncionais. O que supõe a compreensão de que a Política de Educação Inclusiva pode ser desenvolvida em alguns contextos, apresentando resultados positivos e dando margens para aperfeiçoar as propostas destinadas a esse público, para pensar e avaliar os resultados, os avanços e desafios.

Referências Bibliográficas

ABE, Patrícia Bettiol; ARAÚJO, Rita de Cássia Tibério. **A participação escolar de alunos com deficiência na percepção de seus professores.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.16, n.2, p.283-296, maio-ago, 2010.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. **A inclusão e seus sentidos:** entre edifícios e tendas. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto (Org.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas.** Porto alegre: Mediação, 2006. p.83-91.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. Atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência mental. In: MANTOAN, Maria Teresa Égler Mantoan (Org.) **O desafio das diferenças nas escolas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.121-129.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão:** Revista da Educação Especial, v. 4, n.1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Decreto 6.571 de 17 de Setembro de 2008.** Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm Acesso em: 24 Jan. 2010.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva:** com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERREIRA, Windyz. Entendendo a discriminação contra estudantes com deficiência na escola. In: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora (Orgs.) **Tornar a educação inclusiva.** Brasília: UNESCO, 2009. p. 25-53.

MANTOAN, Maria Teresa Égler Mantoan (Org.) **O desafio das diferenças nas escolas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARINS, Simone Cristina Fanhani; MATSUKURA, Thelma Simões. **Avaliação de Políticas Públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental das cidades-pólo do Estado de São Paulo.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.15, n.1, p.45-64, jan-abr, 2009.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; FERREIRA, Caline Cristiane de Araújo. **O cuidar do aluno com deficiência física na Educação Infantil sob a ótica das professoras.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.15,n.1, p.121-140, jan-abr, 2009.